

O CONCEITO DE JUSTIÇA EM ARISTÓTELES (*)

Cláudio Pedrosa Nunes (**)

I – NOÇÃO GENÉRICA DE JUSTIÇA E ESTADO POR ARISTÓTELES

1.1. INTRÓITO

Atribui-se a **ARISTÓTELES** o início de inúmeras ciências, vez que se dedicou a todos os ramos do conhecimento.

Entrementes, de todos os filósofos da antigüidade, foi **ARISTÓTELES** quem desenvolveu mais precisamente os temas ligados à **FILOSOFIA DO DIREITO**.

Lançou ele as primeiras noções de **JUSTIÇA**, não como valor relacionado à generalidade das relações metaindividuais, como faziam os estudiosos de sua época, mas dentro de uma perspectiva puramente jurídica, isto é, considerando as idéias de justiça e equidade como fontes inspiradoras da lei e do direito.

Disso deflui ter sido o Estagirita¹ o precursor de um conceito jurídico de Justiça, enfocando-a sob o contexto da “**POLIS**”, isto é, mencionando sua importância na estrutura da elaboração da lei e do direito necessários à vida gregária natural do homem. Afinal, “*o homem é um animal político*”.

Destacou-se assim pelas suas obras no campo da política e da ética, a exemplo da “*Ética a Nicômaco*”, cuja influência chegou até os nossos dias.

(*) **Monografia apresentada no Curso de Mestrado em Direito (UFPE/IESP)**

(**) **Cláudio Pedrosa Nunes é Juiz do Trabalho Substituto do T.R.T. da 13ª Região, Professor de Direito do Trabalho da UNIPÊ e Especialista em Direito Processual Civil.**

¹ **ARISTÓTELES** nasceu em Estagira, na Trácia, Grécia, em 384 a.C.

1.2. BREVE NOÇÃO DA “POLIS” SEGUNDO ARISTÓTELES

Para **ARISTÓTELES**, a “**POLIS**” (ou Estado, numa expressão mais moderna) é uma **NECESSIDADE**, capaz de promover o bem, tendo por fim a virtude e a felicidade. O homem é um animal político, pois é levado à vida política pela própria natureza.

A sociedade ou “**POLIS**” cuida da vida do homem, como o organismo cuida de suas partes vitais.

É a partir dessa premissa que a “**POLIS**” passa a regular a vida dos indivíduos, através da lei, segundo os critérios de **JUSTIÇA**.

II – OS VÁRIOS ÂNGULOS DA JUSTIÇA ARISTOTÉLICA

2.1. AS JUSTIÇAS DISTRIBUTIVA E CORRETIVA

O conteúdo das leis é a Justiça, admitida esta sob vários enfoques.

O principal fundamento da Justiça é a **IGUALDADE**, sendo esta aplicada de várias maneiras.

O princípio da **IGUALDADE**, assim, é entendido por **ARISTÓTELES** de duas formas fundamentais, originando daí duas espécies de **JUSTIÇA**: a **DISTRIBUTIVA** e a **CORRETIVA**. Esta última, por sua vez, subdivide-se em **COMUTATIVA** e **JUDICIAL**.

A justiça distributiva tem por escopo fundamental a divisão de bens e honras da comunidade, segundo a noção de que cada um perceba o proveito adequado a seus méritos.

Num enfoque metafórico, significa a realização da Justiça segundo um critério de **PROGRESSÃO GEOMÉTRICA**.

A justiça corretiva destina-se aos **OBJETOS**, relegando os méritos, mas medindo impessoalmente o benefício ou o dano que cada qual pode suportar.

A justiça distributiva situa-se, pois, como entidade reguladora das relações entre a sociedade e seus membros; a corretiva ordena as relações dos membros entre si.

Quando a justiça corretiva intervém na vontade dos interessados, tem-se sua índole **COMUTATIVA**; quando, porém, impõe-se contra a vontade de uma das partes, chama-se **JUDICIAL**.

2.2. A JUSTIÇA COMO VIRTUDE GERAL E ESPECIAL

Nesse contexto, **ARISTÓTELES** trilha o mesmo pensamento de **PLATÃO**, na medida em que considera a justiça no duplo aspecto da **VIRTUDE GERAL** e da **VIRTUDE ESPECIAL**, sendo as justiças distributiva e corretiva subdivisões da **ESPECIAL**.

A justiça como **VIRTUDE GERAL**, também chamada de **LEGAL**, vem assim enfocada por **ARISTÓTELES**:

*“Em geral, a maioria das disposições legais estão constituídas por prescrições da virtude total, porque a lei manda viver de acordo com todas as virtudes e proíbe que se viva de conformidade com todos os vícios. E, das disposições legais, servem para produzir a virtude total todas aquelas estabelecidas sobre a educação para a vida em comunidade. Assim, a lei esgota o domínio ético do cidadão, sendo, por isso, a medida objetiva da justiça no seu mencionado sentido. A justiça geral consiste, pois, no cumprimento da lei. Inversamente, a injustiça total é a sua violação”.*²

A noção elementar de Justiça recai, pois, sobre sua idéia a partir do entendimento do que seja **INJUSTIÇA**.

O homem justo seria aquele que cumprisse a lei e o injusto o que a descumprisse. O alcance da Justiça teria como substância fundamental o primado da **IGUALDADE, EQÜIDADE**. A injustiça corresponderia à noção da **ILEGALIDADE** e da **DESIGUALDADE**.

Entrementes, nem tudo o que se tem por desigual é necessariamente injusto, a depender das desigualdades reinantes entre os indivíduos integrantes do Estado, ou seja, a desigualdade das partes que compõem o todo.

2.3. A JUSTIÇA ESPECIAL CORRETIVA

Sob outro ângulo, ao lado da Justiça **DISTRIBUTIVA** põe-se a chamada **JUSTIÇA CORRETIVA**. Observe-se, de logo, que ao discorrer sobre a justiça corretiva, **ARISTÓTELES** afirma que podem ser estabelecidas duas classes de relações entre os cidadãos: **VOLUNTÁRIAS** (contratuais) e **INVOLUNTÁRIAS** (delitos).

Estas últimas são abrangidas pela **JUSTIÇA PENAL**, que é repressiva, e segregadora da injustiça.

Trata-se de uma justiça cuja razão de ser é a **COMPENSAÇÃO**, ou seja, a correção ou retificação da injustiça.

² “ÉTICA A NICÔMACO”, Livro V.

Inversamente, a **JUSTIÇA CONTRATUAL** é essencialmente **PREVENTIVA**, porquanto é a justiça prévia que iguala as prestações recíprocas, antes mesmo de eventual **TRANSAÇÃO**.

Não é, pois, a justiça que repara ou indeniza o dano (justiça involuntária ou delitual), mas a que ordena as relações jurídicas.

Nesta, segundo **ARISTÓTELES**, há intervenção de uma terceira pessoa que irá decidir sobre as relações mútuas travadas entre os indivíduos, na hipótese de descumprimento de cláusulas contratuais anteriormente ajustadas.

O Juiz, nesta hipótese, passa a personificar a noção do justo, conferindo a cada qual aquilo que lhe é assegurado no contrato estabelecido.

Há aqui a idéia do intermediário entre o maior (o credor) e o menor (o devedor), em **PROPORÇÃO ARITMÉTICA**, sendo as coisas consideradas em seu **VALOR OBJETIVO**.

E finaliza: a Justiça corretiva, também chamada retificadora, equiparadora ou sinalagmática, preside todas as trocas e relações quer de natureza civil, quer de índole penal.

2.4. CONCLUSÃO

Conclusivamente, a Justiça, na concepção aristotélica, corresponde à virtude em sua totalidade, e não só parte desta, revestindo-se também de caráter jurídico.

III – ARISTÓTELES E O JUSNATURALISMO

Ainda discorrendo sobre as virtuosidades da Justiça, **ARISTÓTELES** acredita numa Justiça geral cuja fonte é a **NATUREZA**.

A Justiça fundada na natureza das coisas é igual em todos os lugares, ao contrário da Justiça não-natural.

Não há, por toda parte, senão uma só constituição de Justiça conforme o **DIREITO NATURAL**, e que é a melhor.

A Justiça fundada na natureza é **ABSOLUTA**; a outra é relativa. A doutrina aristotélica defende, ainda, a existência do Estado a partir do direito natural.

O Estado é produto da natureza, conquanto seja instinto natural do homem a convivência social e política.

Existe uma lei natural que dá caminho a tudo, sendo imutável, inderrogável e necessária.

A idéia de lei natural traz ínsita a idéia da **EQÜIDADE, EQUIPARAÇÃO, IGUALDADE**.

Isto equivale, indubitavelmente, à **JUSTIÇA DISTRIBUTIVA** de **ARISTÓTELES**, conforme o direito natural.

IV - INFLUÊNCIA DA VISÃO ARISTOTÉLICA DE JUSTIÇA NOS DIAS ATUAIS

Tão importante e avançado foi o conceito de Justiça elaborado por **ARISTÓTELES**, àqueles remotos mas áureos tempos da Grécia antiga, que ainda hoje suas lições encontram-se em plena harmonia com os princípios de igualdade e eqüidade direcionadores de quase todos os ordenamentos jurídicos do mundo contemporâneo.

Como bem registra **PAULO NADER** “os filósofos que antecederam Aristóteles não chegaram a abordar o tema de justiça dentro de uma perspectiva jurídica, mas como valor relacionado à generalidade das relações interindividuais ou coletivas. Em sua *Ética a Nicômaco*, o Estagirita formulou a teorização da justiça e eqüidade, considerando-as sob o prisma da lei e do Direito. Tão bem elaborado o seu estudo que se pode afirmar, sem receio de erro, que muito pouco se acrescentou, até nossos dias, àquele pensamento original”.³

Não é, portanto, difícil vislumbrar a grande influência do conceito aristotélico de Justiça nos manuais técnico-jurídicos de autoria de diversos juristas nacionais ou estrangeiros de nomeada, seja qual for o ramo do Direito a que se refiram.

Mesmo dentre os legisladores é notável a constatação de elaboração de normas constitucionais, infraconstitucionais ou até regras de direito internacional cujo conteúdo geral encerra forte tendência no acolhimento das noções elementares de justiça e igualdade, pondo-as como norte dos atos dos que tenham por ministério levar adiante a organização do Estado e o regramento das condutas sociais.

Nesse diapasão, mencionamos os exemplos a seguir, representativos, em linhas gerais, das idéias aristotélicas a que nos reportamos neste estudo. Dividimos as citações em duas etapas: a) manifestações atuais da justiça corretiva; e b) situações que expressam noções da justiça distributiva, tudo de molde a facilitar a pronta compreensão do leitor.

4.1. MANIFESTAÇÕES ATUAIS DA JUSTIÇA CORRETIVA

A Justiça corretiva prima pela gênese dos princípios e normas empregados na hoje conhecida **RESPONSABILIDADE CIVIL E PENAL**.

³ FILOSOFIA DO DIREITO, Rio de Janeiro, Forense, 5ª ed., 1996, p. 110.

Em todos os ordenamentos jurídicos do mundo ocidental, o direito contratual assenta suas bases na igualdade de tratamento das partes. Assim é a doutrina de **FOUILLÉE (La Science Sociale Contemporaine)** e **C. RUTTEN (La Doctrine Sociale)**, citados por **ANDRÉ FRANCO MONTORO**.⁴

Nesse contexto, juristas de escol chegam a considerar o direito contratual como **FONTE** do próprio direito. Exemplo disso é, entre nós, **MIGUEL REALE**, apertis verbis:

“Essa espécie de normas resulta do fato de que, qualquer que seja o ordenamento jurídico vigente, será sempre necessário reconhecer, pela natureza mesma das coisas, que um homem é capaz de direitos e obrigações e, notadamente, com o poder de especular negócios para a realização de fins lícitos, graças a acordo de vontades. Mesmo nos países socialistas, que restringem a livre disponibilidade pessoal dos bens econômicos, transferindo para o Estado iniciativas antes conferidas aos indivíduos, mesmo nas Nações, em suma, onde se operou a socialização dos bens de produção’, é reconhecida uma esfera de ação privada, na qual se respeita o poder de disposição de cada ser humano”.⁵

WASHINGTON DE BARROS MONTEIRO, por sua vez, ao discorrer sobre os contratos como fonte das obrigações e corolário da responsabilidade civil, exemplifica a chamada cláusula “rebus sic stantibus”, necessária ao justo equilíbrio das partes no cumprimento das prestações dos contratos firmados, a despeito do princípio “pacta sunt servanda” (força obrigatória dos contratos). São suas as palavras:

*“A cláusula revisionista, que é, no dizer de **FILADELFO AZEVEDO**, “conquista definitiva do direito moderno”, inspira-se em razões de **equidade e de justo equilíbrio entre os contratantes**; tem, todavia, como pressuposto a imprevisibilidade e anormalidade do fato novo, profundamente modificativo da situação anterior”*⁶ (destacou-se).

Na esfera criminal, não só a previsão das penas, como reprimenda dos delitos, comum a todos os códigos criminais contemporâneos, mas também as suas espécies e características de aplicação, são manifestações contundentes, e, talvez, nunca alteráveis em sua essência, da justiça corretiva de **ARISTÓTELES**, desde os seus primórdios.

Nesse sentido, veja-se, entre nós, o magistério autorizado de **DAMÁSIO EVANGELISTA DE JESUS**, verbis:

⁴ INTRODUÇÃO À CIÊNCIA DO DIREITO, São Paulo, Revista dos Tribunais, 23ª ed., 1995.

⁵ LIÇÕES PRELIMINARES DE DIREITO, São Paulo, Saraiva, 24ª ed., 1999, p. 179.

⁶ CURSO DE DIREITO CIVIL, São Paulo, Saraiva, 31ª ed., 5º vol., 1999, p. 11.

*“Pena é a **sanção** afliativa imposta pelo Estado, mediante ação penal, ao autor de uma infração (penal), como **retribuição de seu ato ilícito**, consistente na diminuição de um bem jurídico, e cujo fim é **evitar novos delitos**. Apresenta característica de **retribuição**, de ameaça de um mal contra o autor de uma infração penal. Tem **finalidade preventiva**, no sentido de evitar a prática de novas infrações”⁷.*

E acrescenta:

*“São caracteres da pena: a) é **personalíssima**, só atingindo o autor do crime (Const. Federal, art. 5º, XLV; b) a sua aplicação é disciplinada pela lei; c) é **inderrogável**, no sentido da certeza da sua aplicação; d) é **proporcional ao crime**”⁷ (destacou-se).*

Nessa última hipótese, pois, representativa da justiça corretiva involuntária (delitos), vê-se claramente o pensamento de **ARISTÓTELES** segundo o qual cabe ao Juiz igualar as coisas mediante penas.

4.2. MANIFESTAÇÕES ATUAIS DA JUSTIÇA DISTRIBUTIVA

É quase intuitivo que a vertente trazida pela Justiça distributiva de **ARISTÓTELES** influenciou até os nossos dias o **PRINCÍPIO GERAL DA IGUALDADE DAS RELAÇÕES JURÍDICAS** e a **JUSTA REPARTIÇÃO DE BENS**.

Nesse sentido são, “verbi gratia”, as proclamas da Encíclica **POPULORUM PROGRESSIO**,⁸ de autoria do **PAPA PAULO VI**, que constitui, entendemos, uma de suas manifestações mais nítidas, na medida em exercita a procura do **BEM COMUM** a partir da divisão equânime da riqueza entre os povos pobres e ricos.

No Brasil, a prescrição do “caput” do artigo 5º da atual Constituição Federal é exemplo doméstico da Justiça distributiva, nestes termos:

“Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade...”.

Esse mesmo princípio vem garantido hodiernamente nas cartas políticas de todas as nações do Ocidente.

CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELLO, comentando o assunto, assim se manifesta:

⁷ DIREITO PENAL, São Paulo, 1º vol., Saraiva, parte geral, 1998, p. 517-518.

⁸ ENCÍCLICA “POPULORUM PROGRESSIO”, Roma, Poliglota Vaticana, 1967, n.ºs. 56 e 61.

“Rezam as constituições – e a brasileira estabelece no art. 5º, caput

*– que todos são iguais perante a lei. Entende-se, em concorde unanimidade, que o alcance do princípio não se restringe a nivelar os cidadãos diante da norma posta, mas que a própria lei não pode ser editada em desconformidade com a isonomia”*⁹.

Por outro lado, a **JURISPRUDÊNCIA** dos tribunais pátrios, não raro, também é produzida sob a invocação e de conformidade com os princípios da justiça distributiva, desde sua conceituação em **ARISTÓTELES**.

Exemplo disso é a decisão do Tribunal de Alçada de Minas Gerais, objeto da Apelação Cível no. 8.234/77, Relator Juiz **MENDES DOS REIS**, cuja ementa é a seguinte:

*“Imóvel avaliado há sete anos passados e o preço depositado sem juros e correção monetária; desfigurado o seu valor real, de vez que o processo inflacionário minou o valor da moeda, motivo pelo qual houve deterioração no valor do dinheiro com a conseqüente valorização do imóvel. Para que seja boa a partilha, é possível tentar a maior igualdade possível; significa dar materialmente a cada um a real parte do imóvel, e de móvel, considerando o seu valor, natureza e qualidade como quer o art. 1.775 do CC. Anulação da partilha para observância das regras legais de igualdade dos quinhões”*¹⁰ (destacou-se).

4.3. CONCLUSÃO:

Em breve epílogo, conclui-se que as noções de justiça corretiva e distributiva de **ARISTÓTELES**, redundantes em um conceito geral de Justiça, sob o prisma jurídico, estão bem presentes ainda hoje nos mais variados ramos das ciências jurídicas e sociais, constituindo excelente elemento de persuasão para o intérprete no solucionamento das contendas que se lhe apresentam sistematicamente.

Disso deflui que a Justiça em si, como o Direito, não são uma mera técnica de aplicação de regras positivadas aos fatos sociais ocorrentes. Mais que isso, a Justiça é a técnica da equidade, da utilidade e da ordem social, segundo as virtudes da convivência humana. E significa, fundamentalmente, uma atitude subjetiva a respeito da dignidade de todos os homens.

Não se pode, portanto, como já bem vislumbrava **ARISTÓTELES** na antigüidade, segregar da Justiça seu escopo subjetivo, e essencial, qual seja, o apanágio

⁹ CONTEÚDO JURÍDICO DO PRINCÍPIO DA IGUALDADE, São Paulo, Malheiros, 3ª ed., 1999, p. 9.

¹⁰ JURISPRUDÊNCIA BRASILEIRA, pp. 145-146

pelo qual se deve conferir a cada um o que lhe é devido, conforme os primados da igualdade.

Portanto, o **CONCEITO DE JUSTIÇA** deve incutir no intérprete do Direito não uma mecânica de inserção automática dos casos concretos à letra nua das normas escritas, a exemplo do que pretendem alguns, mas sim concentrar essencialmente as virtudes da equidade, da dinâmica, da justa distribuição de méritos e deméritos.

BIBLIOGRAFIA

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*, especialmente Livro V, e Política.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Conteúdo Jurídico do Princípio da Igualdade*, São Paulo, Malheiros, 3ª ed., 1999.

DEL VECCHIO, Giorgio. *Lições de Filosofia do Direito*, 5ª ed., Armênio Amado Editor – Sucessor Coimbra, Coimbra-Portugal, 1979.

DINIZ, Maria Helena. *Compêndio de Introdução à Ciência do Direito*, São Paulo, 11ª ed., Saraiva, 1999.

FRANCO MONTORO. André. *Introdução à Ciência do Direito*, São Paulo, 23ª ed., Revista dos Tribunais, 1995.

JESUS, Damásio Evangelista de. *Direito Penal*, São Paulo, 1º vol., Saraiva, Parte Geral, 1998.

MONTEIRO, Washington de Barros. *Curso de Direito Civil*, São Paulo, Saraiva, 31ª ed., 5º vol., 1999.

NADER, Paulo. *Filosofia do Direito*, Rio de Janeiro, Forense, 5ª ed., 1996.

REALE, Miguel. *Lições Preliminares de Direito*, São Paulo, 24ª ed., Saraiva, 1999.